

CARTA ABERTA SOBRE O
PLANO DE TRANSFORMAÇÃO
ECOLÓGICA DO BRASIL

**À Ministra do Meio Ambiente
e Mudanças Climáticas
Marina Silva**

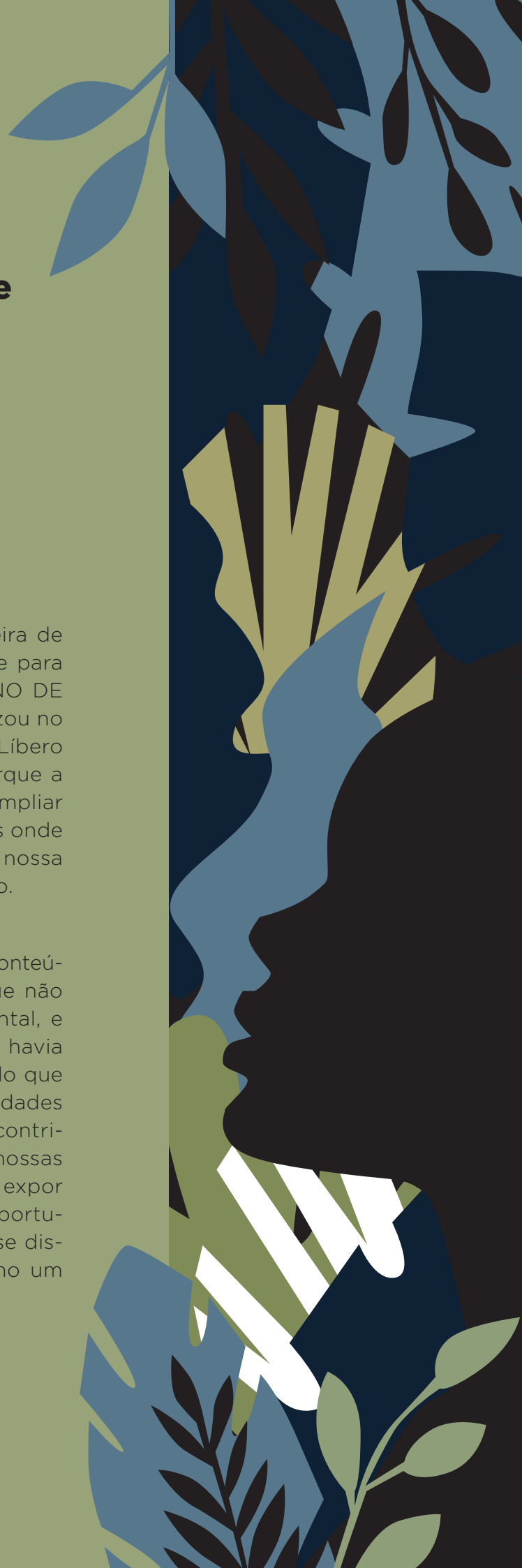
**Ao Ministro da Fazenda
Fernando Haddad**

Prezados Ministros,

Foi com grande interesse que a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) atendeu ao convite para o encontro da Sociedade Civil sobre o PLANO DE TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA, que se realizou no mês de outubro, no Auditório da Casper Líbero em São Paulo. Apreciamos essa iniciativa porque a vimos como um dos esforços no sentido de ampliar os espaços de participação cidadã em um país onde as camadas mais amplas e desfavorecidas da nossa sociedade ainda não conquistaram esse direito.

Sáímos do encontro, entretanto ignorando o conteúdo do Plano de Transformação Ecológica, que não estava acessível em nenhum site governamental, e tampouco foi apresentado e debatido como havia sido proposto no convite. No entanto, supondo que haveria pouco tempo para que as muitas entidades e organizações apresentassem suas muitas contribuições, havíamos selecionado algumas das nossas preocupações centrais que vamos, portanto, expor em seguida, certos(as) de que haverá outras oportunidades para discuti-las em um governo que se dispõe a ter a questão da sustentabilidade como um dos seus pilares centrais.

Rede Brasileira de Justiça Ambiental
Dezembro de 2023





Elas se referem sobretudo à chamada “transição energética justa”, embora haja outras muitas questões de Justiça Ambiental que não estão aí incluídas e que gostaríamos de discutir oportunamente.

1

Uma transição energética para uma economia de baixo carbono que seja séria, deve **indicar metas e prazos claros**. Planos de transição energética que não tragam reduções significativas de GEE para os próximos anos de modo a evitar os cenários catastróficos da elevação da temperatura média do planeta para 2° não são, de fato, transição para uma economia de baixo carbono. Portanto, é preciso falar de **números, quantidades e datas**. O lançamento de programas de mercado de carbono de nada servem se não estipularmos em quanto e em que velocidade todas as emissões dos diversos ramos do setor manufatureiro, de serviços e extrativo devem ser reduzidas de acordo à sua importância no quadro total. Tampouco faz sentido falar em compensações ambientais com o plantio de árvores, se não se considera com todo o rigor que tipo de plantio é esse e como se estima a sua contribuição para a captura de GEE. Para avaliar se essas medidas e políticas propostas serão *significativas* é preciso, além disso, que haja instâncias de avaliação independentes, com ampla participação da sociedade civil. Não estamos em situação de se fiar apenas em promessas de empresas ou mesmo de governos, quando os sofrimentos decorrentes das mudanças climáticas, especialmente para os mais pobres e vulneráveis, já são um fato incontestável, exibidos diariamente nos meios de comunicação e só tendem a crescer.

2

Além disso, não faz sentido do ponto de vista de uma política de economia de baixo carbono, de um lado obter bons resultados na redução do desmatamento e na adoção de tecnologias renováveis ao mesmo tempo em que se aprova PL na Câmara com ampla maioria de deputados que inclui a obrigatoriedade de contratação de térmicas à carvão até 2050 e não se tem qualquer plano para reduzir paulatinamente a produção de petróleo e gás no país. Ao contrário, a nova rodada de leilões da Petrobrás que pretendeu leiloar 600 lotes em terra e mar caminha em direção diametralmente oposta. Para não mencionar a teimosa insistência de certos setores do governo Lula em explorar o petróleo da Foz da Amazônia, apesar de todos os inconvenientes ambientais já apontados, razão pela qual esperamos, sinceramente, que esse projeto seja abortado. Também vemos como absurda a ideia de minerar urânio em Santa Quitéria, no Ceará, bem como o plano de terminar a obsoleta Angra 3 e a construção de novas usinas nucleares. Cremos não ser necessário recordar que além do

petróleo ser um dos principais contribuintes para as mudanças climáticas, sua extração, tanto em terra quanto no mar é extremamente poluidora, causando danos ambientais duradouros e eventualmente grandes acidentes, especialmente quando no mar. E que usinas nucleares não são “limpas”, exigindo a extração de urânio e carecendo de solução adequada para os rejeitos, que se constituem em fonte duradoura de contaminação e ameaça de acidentes.

3

Uma transição energética *justa* requer também explicar qual é a justiça que se pretende alcançar e para quem. A abordagem da Justiça Ambiental tem mostrado como o acesso e o usufruto dos recursos naturais, bem como a distribuição dos seus impactos negativos se fez sempre de forma injusta, prejudicando os grupos sociais, política e economicamente, mais vulneráveis em favor daqueles que iriam consumir tais recursos. Usinas hidroelétricas forneceram energia prioritariamente para empresas energointensivas, enquanto povos indígenas e ribeirinhos foram expulsos de suas terras. Grandes empresas mineradoras consomem a água de agricultores e moradores de cidades, eventualmente deixando que grandes acidentes ocorram, como deslizamentos e rompimentos de barragens, enquanto embolsam lucros extraordinários.

4

Injustiças ambientais também estão surgindo com as tecnologias que estão sendo adotadas para gerar energia em substituição às fontes fósseis, como a geração de energia por meio de painéis solares e de turbinas eólicas. As fazendas solares e os parques eólicos trazem grandes inconvenientes para as comunidades vizinhas, seus animais e modos de vida. As turbinas eólicas off-shore também inviabilizam a pesca artesanal e a fauna marinha. As linhas de transmissão, por sua vez, atravessam florestas e terras indígenas e são vias preferenciais de penetração de grileiros, madeireiros e garimpeiros ilegais nessas áreas.

Todas as novas tecnologias para substituir os combustíveis fósseis e a energia geradas por eles exigem uma enormidade de minérios cuja extração implica nos costumeiros danos das minerações que conhecemos: consumo excessivo de água e contaminação dos recursos hídricos, inutilização de grandes áreas e de moradias pela explosão e extração de minérios, estradas de ferro gigantescas e construção de rodovias e ferrovias para o transporte dos minérios que causam grandes perturbações nas comunidades. E é preciso lembrar que minérios não são renováveis, e portanto sua exploração excessiva levará rapidamente a novos impasses em economias que almejam um crescimento infinito. Estaria na hora de definirmos prioridades produtivas para o uso desses recursos que



também são escassos e, além disso, consomem combustíveis fósseis para serem extraídos, transportados e beneficiados.

5

Finalmente, é preciso considerar que dada a grande disponibilidade de minérios no nosso país, bem como o seu grande potencial para energias geradas pelo sol e pelo vento, corremos o risco de nos condenar a uma nova fase neoextrativista, em que mineramos e geramos “energias limpas” como o hidrogênio verde para as indústrias automobilísticas e outras dos países do Norte global, ficando conosco, como sempre, apenas os custos ambientais e sociais dessa nova divisão desigual e injusta do mercado internacional. Ou seja, vamos perpetuar a **Injustiça Climática**, pois os países que primeiro se industrializaram e que são hoje os mais ricos, terão empregado nossos recursos naturais para renovarem seus parques industriais com “energias limpas”, dando uma sobrevida às suas economias movidas a produtos energo-intensivos como carros, máquinas e ao seu hiperconsumismo graças aos minérios, água e solo, ar e saúde do Sul, enquanto vão escassear aqui os recursos para mitigarmos e nos adaptarmos à catástrofe ambiental.

Considerando os resultados da COP-28, cuja formulação bastante ambígua do “*transicioning away of fossil fuels*” reforça nossas preocupações acima apontadas, esperamos ter a oportunidade de discutir com o Ministério da Fazenda e com o Ministério do Meio Ambiente esses e outros temas que consideramos essenciais para que consigamos, efetivamente, transformar ecologicamente nosso país e sermos exemplo para outras sociedades.



www.rbja.org

 @rbjaativa

 /RBJAativa

Cordialmente,
Rede Brasileira de Justiça Ambiental
Dezembro de 2023

Com 20 anos de existência, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) é uma articulação de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, movimentos comunitários no campo e na cidade, setores acadêmicos, pesquisadoras/es, profissionais e militantes que vivenciam, denunciam e combatem as desigualdades ambientais produzidas pelo modelo de desenvolvimento brasileiro.

Reivindicamos que nenhum grupo, seja ele definido por cor, etnia ou classe social, arque de maneira desproporcional com as consequências ambientais negativas de determinada ação, obra ou projeto.

Exigimos que todos os grupos sociais sejam efetivamente envolvidos no processo de tomada de decisão sobre ações e empreendimentos que afetem seus territórios, seus modos de vida, sua saúde e seu trabalho.